



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

**RESOLUÇÃO Nº. 730 /2013**

**2ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**161ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 02/09/13**

**PROCESSO Nº. 1/649/2010**

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 1/201000823-6**

**RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e CAJUCOCO  
AQUACULTURA E AGROINDÚSTRIA LTDA**

**RECORRIDO: AMBOS**

**AUTUANTE: Celínio Nogueira Barros**

**MATRICULA: 008952-1-0**

**RELATORA: Conselheira Agatha Louise Borges Macedo**

**EMENTA: ICMS – 1. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO  
ACESSÓRIA - OMITIR INFORMAÇÕES EM ARQUIVOS  
MAGNÉTICOS. 2.** Contribuinte deixou de informar notas fiscais de  
entrada em suas DIEF'S no exercício de 2007. Recurso oficial e  
voluntário conhecidos e parcialmente providos. **3. Auto de infração  
julgado PARCIAL PROCEDENTE**, por unanimidade de votos, em  
razão do reenquadramento da penalidade inserta na inicial para art.  
123, VIII, d da Lei 12.670/96, porém com fundamentação diversa à  
contida no julgamento singular e a sugerida no Parecer da Consultoria  
Tributária, com referendo do representante da Procuradoria Geral do Estado,  
**4. Decisão amparada no art. 123, VIII, d da Lei 12.670/96.**

**RELATÓRIO**

A peça fiscal submetida a nosso exame tem o seguinte relato: “AS INFRAÇÕES DECORRENTES DE OPERAÇÕES COM MERCADORIAS OU PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS AMPARADOS POR NÃO-INCIDÊNCIA OU CONTEMPLADAS COM ISENÇÃO INCONDICIONADA. NÃO LANÇAMENTO NAS DIEF, DE 108 NOTAS FISCAIS DE ENTRADAS INTERNAS, NO MONTANTE DE R\$ 3.029.102,89 REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2007, CONFORME RELAÇÃO DE NOTAS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES EM ANEXO”.

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal aponta como penalidade o Art.126, da Lei 12.670/96 alterada pela Lei 13.418/03.



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

Anexos aos autos estão os seguintes documentos:

- Informações Complementares;
- Ordem de Serviço nº 2009.26084;
- Termo de Início de Fiscalização nº 2009.21126;
- Auto de Infração nº 1/20100823-6;
- Termo de Conclusão nº 2010.02056;
- Relação de notas fiscais não lançadas;
- Consultas do Sistema Informatizadas da Sefaz(Hard Copy);

Às fls. 65/68 temos o julgamento monocrático que decide pela **PARCIAL PROCEDENTE** da ação fiscal, uma vez que foi detectado que o contribuinte deixou de informar notas fiscais de entradas em suas DIEFS. Decisão amparada no art. 2º, I e V da IN 14/05. Porém houve reenquadramento da penalidade inserta na inicial para a disposta no art. 123, VIII, I da Lei 12.670/96.

**DO PARECER DA CONSULTORIA TRIBUTÁRIA:**

Através de Parecer de Nº 367/2012 a Consultoria Tributária sugeriu o conhecimento do recurso oficial e voluntário, negando-lhes provimento, para que seja mantida a decisão parcial condenatória proferida na instância singular.

**VOTO DA RELATORA**

Trata-se de recurso oficial interposto pela **CÉLULA DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA** em face do recorrido **CAJUCOCO AQUACULTURA E AGROINDUSTRIA LTDA**, objetivando, em síntese, a reforma da decisão exarada na instância originária inerente ao auto de infração sob o nº. **1/20100823-6**; O presente recurso preenche as condições de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

No processo *sub examine*, a requerente fora autuada por *informar em arquivos magnético dados divergentes dos constantes em documentos fiscais*, detectada através de levantamento fiscal, no exercício de 2004.

**1. DO MÉRITO**



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

Analisando detidamente os fólios processuais observa-se que o art. 123, VIII, I da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03, trata de omitir informações em arquivos magnéticos ou nesses informar dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais, mas este “arquivo magnético” dos constantes nos documentos fiscais, mas este “arquivo magnético” a que se refere o artigo não é o mesmo da DIEF, pois embora DIEF seja transmitida por meio eletrônico, esta não é enquadrada como “arquivo magnético” descrito na presente norma.

Entende-se como “arquivo magnético”, *in casu*, aquele que fica em poder do contribuinte contendo todas as operações com mercadorias ou prestações de serviços.

O arquivo a que se refere o art. 123, III, alínea I da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03, é o arquivo que se entrega ao fiscal, não é a DIEF que é uma informação enviada ao Fisco por meio eletrônico.

Outrossim, a não apresentação da DIEF está consubstanciada no art. 123, VI – faltas relativas a apresentação de informações econômico-fiscais, alínea “e” da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03, ou seja, diferente do que dispõe o contido no art. 123, III, alínea i da mesma norma legal.

Desta feita, a penalidade a ser aplicada deve está em consonância com o fato, se o ordenamento não prevê uma sanção para determinado ato, este não pode ser penalizado.

Em razão disto, pela inexistência de penalidade específica deve-se aplicar a pena mais adequada ao caso concreto, ou seja, a prevista no art. 123, VIII, “d” da Lei 12.670/96, que corresponde a 200 UFIRCES, *in verbis*:

**Art. 123. (omisso)**

**VIII – outras faltas:**

*d) faltas decorrentes apenas do não-cumprimento de formalidades previstas na legislação, para as quais não haja penalidades específicas: multa equivalente a 200 (duzentas) ufirces.*



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

**DEMONSTRATIVO**

**MULTA .....200 UFIRCES**

**4. DO VOTO**

*Ex positis*, voto pelo conhecimento dos recursos de ofício e voluntário, para dar-lhes parcial provimento, no sentido de julgar PARCIAL PROCEDENTE a acusação fiscal, porém com fundamentação diversa à contida no julgamento singular e a sugerida no Parecer da Consultoria Tributária, com referendo do representante da Procuradoria Geral do Estado, tendo em vista o reenquadramento da penalidade aplicável a situação específica dos presentes autos, cuja instrução processual, dada a situação peculiar, remete à aplicação da sanção prevista no art. 123, VIII, “d” da Lei nº 12.670/96,

É o VOTO.



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria da Fazenda

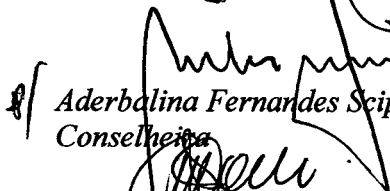
**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

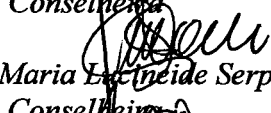
**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e CAJUCOCO AQUACULTURA E AGROINDÚSTRIA LTDA**, e recorrido **AMBOS**. A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos Oficial e Voluntário, dar-lhes parcial provimento, para julgar **parcialmente condenatória** a acusação fiscal, porém com fundamentação diversa à contida no julgamento singular e a sugerida no Parecer da Consultoria Tributária, com referendo do representante da Procuradoria Geral do Estado, tendo em vista o reenquadramento da penalidade aplicável a situação específica dos presentes autos, cuja instrução processual, dada a situação peculiar, remete à aplicação da sanção prevista no art. 123, VIII, "d" da Lei nº 12.670/96, conforme o voto da Conselheira Relatora. Ausente, a Conselheira Lúcia de Fátima Calou de Araújo. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da recorrente, Dr. Ivan Falcão.

**SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 22 de 11 de 2013.

  
Alfredo Rogério Gomes de Brito  
Presidente


  
Aderbalina Fernandes Scipião  
Conselheira

  
Maria Lucineide Serpa Gomes  
Conselheira

  
Lúcia de Fátima Calou de Araújo  
Conselheira

  
Valter Barbosa Lima  
Conselheiro

  
Cícero Roger Macedo Gonçalves  
Conselheiro

  
Filipe Pinho da Costa Leitão  
Conselheiro

  
Agatha Louise Borges Macedo  
Conselheira Relatora

  
Samuel Aragão Silva  
Conselheiro

Ubiratan Ferreira de Andrade  
Procurador do Estado